

ENCAMINHAMENTOS EM SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: RESISTÊNCIAS FAMILIARES NO INTERIOR DA ZONA DA MATA MINEIRA

Ana Luiza Santana e Silva¹
Natasha Pinheiro Barbosa Toledo²

natasha.pinheiro.barbosa@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

O presente estudo aborda a dificuldade de aceitação dos pais frente aos encaminhamentos para saúde mental realizados pela escola no interior da Zona da Mata Mineira. A atuação da psicologia escolar exerce papel fundamental na mediação entre escola, família e rede de saúde, buscando favorecer o acolhimento das demandas emocionais apresentadas pelos estudantes e ampliar a compreensão sobre a importância do acompanhamento psicológico. As ações observadas durante o estágio, como reuniões com pais, visitas às escolas, atendimentos individuais e diálogos com a equipe escolar, evidenciaram que fatores sociais, culturais e os estigmas ainda associados à saúde mental influenciam diretamente a adesão das famílias aos encaminhamentos realizados. O diálogo, a escuta qualificada e a orientação às famílias mostraram-se estratégias importantes para fortalecer vínculos, reduzir resistências e promover maior compreensão acerca do cuidado em saúde mental. Observou-se ainda que a atuação da psicologia escolar vai além de práticas individualizadas, envolvendo ações preventivas, institucionais e coletivas voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, compreende-se que o fortalecimento da relação entre escola e família constitui um elemento essencial para a promoção da saúde mental no contexto educacional, contribuindo para práticas mais humanizadas, inclusivas e acolhedoras.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Escolar; Saúde Mental; Encaminhamento Psicológico; Família; Educação.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito da psicologia escolar, o encaminhamento é compreendido como uma estratégia de articulação entre a escola e a rede de atenção psicossocial (CFP, 2013). Neste contexto o encaminhamento consiste em um processo técnico e ético no qual a instituição de ensino, a partir da observação de comportamentos, dificuldades

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX

² Psicóloga, Especialista em Docência do Ensino Superior e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Vértice Univértix.

emocionais ou prejuízos no desenvolvimento do aluno, direciona o estudante para avaliação especializada por profissionais da saúde mental. Esse procedimento é uma ação preventiva e de cuidado, visando garantir o desenvolvimento integral do sujeito (Brasil, 2019).

Destaca-se que a atuação do psicólogo escolar necessita ser de forma cuidadosa, evitando estigmatizações e rótulos. (CFP, 2013). Ainda é comum que os encaminhamentos escolares sejam mal interpretados pelas famílias, que frequentemente os vinculam a diagnósticos psiquiátricos ou à patologização da infância. Essa interpretação tende a gerar resistência, interferindo negativamente na adesão dos responsáveis ao acompanhamento indicado (Souza, 2007).

Em contextos interioranos, como os municípios da Zona da Mata Mineira, aspectos culturais, a circulação limitada de informações sobre saúde mental e os estigmas historicamente associados à “loucura” também influenciam a forma como muitas famílias compreendem o acompanhamento psicológico, contribuindo para sentimentos de receio, negação e insegurança diante dos encaminhamentos realizados pela escola (Dimenstein; Macedo, 2012). Nesse contexto, o psicólogo escolar exerce papel fundamental na mediação entre escola e família, favorecendo o diálogo e a construção de espaços de escuta e compreensão, conforme afirmam Marinho Araújo e Almeida (2005), o psicólogo escolar deve atuar como mediador das relações institucionais, favorecendo espaços de escuta e compreensão entre família, escola e aluno. O encaminhamento em saúde mental deve estar alinhado às políticas públicas de inclusão e garantia de direitos, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, incluindo o acesso a serviços de saúde mental sempre que necessário, reforçando a legitimidade e a importância do encaminhamento escolar (Brasil, 1990).

Quando realizado de maneira adequada o encaminhamento em saúde mental, contribui para a construção de uma rede de apoio ao estudante, fortalecendo vínculos entre escola, família e serviços de saúde. Essa integração é fundamental para a implementação de intervenções mais efetivas, bem como para garantir o

desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, considerando suas particularidades e contextos de vida (Brasil, 2019).

Diante disso, estudar essa temática mostra-se fundamental para compreender de que maneira as percepções familiares acerca da saúde mental influenciam a adesão aos encaminhamentos realizados pela escola, sobretudo em contextos do interior, nos quais ainda podem persistir estigmas e desinformação sobre o cuidado psicológico. Tal resistência pode dificultar o acesso precoce a intervenções especializadas, repercutindo diretamente no desenvolvimento emocional e no desempenho acadêmico dos estudantes. (Lopes *et al.*, 2022). Nesse sentido, a relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de fortalecer a articulação entre escola, família e rede de saúde, promovendo estratégias que contribuam para a compreensão do encaminhamento como uma forma de cuidado, e não como um estigma.

Neste contexto, a pesquisa busca responder à seguinte questão: Como os encaminhamentos para saúde mental realizados pela escola são compreendidos pelos pais e de que forma essa compreensão influencia sua aceitação no interior da Zona da Mata Mineira?

Para isso, pretende-se investigar e compreender a resistência dos pais frente às indicações de acompanhamento, destacando a importância desse processo para a promoção do cuidado integral e do desenvolvimento dos alunos. Buscando compreender de que forma a psicóloga escolar atua como mediadora entre as famílias e os serviços de saúde, por meio de orientações, escuta e encaminhamentos, buscando favorecer a compreensão dos responsáveis e a adesão ao acompanhamento, bem como fortalecer o diálogo e a construção de uma rede de apoio ao estudante.

Trabalhos como este são importantes para qualificar as práticas educacionais e as ações em saúde mental no contexto escolar, especialmente em realidades interioranas, oferecendo subsídios teóricos e práticos para aprimorar as estratégias de encaminhamento e acolhimento das demandas emocionais dos alunos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Compreender a saúde mental no ambiente escolar implica reconhecer que o processo educativo envolve dimensões que ultrapassam o ensino formal. A psicologia escolar constitui um campo de atuação que articula educação e saúde, tendo como objetivo promover o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Nesse contexto, a escola não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos, assumindo também uma função de acolhimento e cuidado, contribuindo para a formação de sujeitos mais preparados para lidar com os desafios do cotidiano (Paulo *et al.*, 2025).

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (2021), o desenvolvimento saudável está relacionado à capacidade do indivíduo de lidar com conflitos, estabelecer relações e construir formas de adaptação ao meio. A escola assume um papel estratégico na identificação precoce de dificuldades emocionais e comportamentais, por ser um espaço de socialização. Sendo fundamental no desenvolvimento humano, configura-se como um ambiente de formação de competências socioemocionais. Dessa forma, torna-se um ambiente privilegiado para a identificação de demandas relacionadas ao sofrimento psíquico (Guzzo *et al.*, 2018).

Nesse contexto, a orientação educacional e a atuação do psicólogo escolar assumem papel central, possibilitando a escuta qualificada e a mediação entre escola, família e rede de saúde. Mais do que identificar dificuldades emocionais ou comportamentais, o psicólogo escolar atua como mediador desse processo, auxiliando as famílias na compreensão de que o acompanhamento em saúde mental deve ser entendido como uma forma de cuidado e garantia de direitos, e não como punição ou rotulação dos estudantes. Essa atuação contribui para a construção de estratégias de cuidado mais eficazes e para o fortalecimento do vínculo entre escola e família (Marinho-Araújo; Almeida, 2005). Os encaminhamentos para serviços de saúde mental configuram-se como uma das principais estratégias adotadas diante da identificação de demandas que extrapolam o contexto pedagógico. Esses encaminhamentos visam garantir o acesso do estudante a avaliações e intervenções especializadas (CFP, 2013).

Entretanto, a efetividade dos encaminhamentos depende diretamente da adesão da família ao processo. A participação dos pais é fundamental para o acompanhamento psicológico infantil, influenciando os resultados das intervenções. No entanto, este nem sempre é compreendido de forma clara (Oliveira; Gastaud; Ramires, 2018).

A aceitação deste processo está diretamente relacionada à forma como os pais compreendem o comportamento da criança. Muitas vezes, dificuldades emocionais são interpretadas como fases passageiras, o que contribui para a não adesão ao acompanhamento (Autuori; Granato, 2017). Nesse sentido, a resistência dos pais pode ser compreendida como um fenômeno multifatorial, envolvendo aspectos emocionais, sociais e culturais. O medo, a culpa e a insegurança são sentimentos frequentemente associados a essa resistência (Souza *et al.*, 2020).

De acordo com Noal (2009), o encaminhamento psicológico do filho pode gerar sentimentos ambivalentes nos pais, sendo percebido simultaneamente como uma possibilidade de cuidado e como uma ameaça, despertando medo, insegurança e desconfiança. Essa ambivalência está frequentemente associada ao receio de confirmação de um problema ou ao confronto com expectativas idealizadas em relação à criança.

A perspectiva psicanalítica contribui para a compreensão dessa dinâmica ao abordar o conceito de narcisismo parental. Segundo Freud (1914-1916), os pais tendem a projetar no filho ideais de perfeição, dificultando a aceitação de possíveis dificuldades.

A família, enquanto principal contexto de desenvolvimento da criança, exerce influência significativa sobre seu comportamento e suas formas de adaptação. Conforme Ackerman (1982), a família deve ser compreendida como uma unidade emocional e social, na qual as relações estabelecidas impactam diretamente o desenvolvimento individual. Berenstein (1976) complementa ao afirmar que o comportamento do indivíduo está vinculado às dinâmicas familiares, sendo ao mesmo tempo determinado e determinante dessas relações.

É importante destacar que práticas familiares positivas favorecem comportamentos saudáveis, enquanto práticas negativas podem contribuir para

dificuldades emocionais (Bolsoni-Silva; Loureiro, 2011). Estudos indicam que práticas punitivas estão associadas a problemas de comportamento, como agressividade e hiperatividade (Salvo *et al.*, 2005). Ressalta-se que ambientes familiares marcados por adversidades aumentam o risco de problemas psicossociais, reforçando a necessidade de intervenções que envolvam a família (Ferreira; Marturano, 2002).

O estigma social relacionado aos transtornos mentais ainda exerce forte influência nas decisões familiares, sendo comum a associação entre acompanhamento psicológico e quadros graves ou patologizantes. Essa percepção pode levar à recusa dos encaminhamentos, especialmente em contextos onde há pouca disseminação de informações sobre saúde mental (García *et al.*, 2024). Fatores como dificuldade de acesso aos serviços e falta de informação também influenciam a continuidade do tratamento (Autuori; Granato, 2017).

Por fim, destaca-se que a adesão da família ao acompanhamento psicológico é um fator determinante para a eficácia das intervenções. A baixa participação dos pais está frequentemente associada à dificuldade de compreensão sobre a importância do tratamento, bem como à ausência de vínculo com os profissionais envolvidos (Oliveira; Gastaud; Ramires, 2018). Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer estratégias de comunicação e acolhimento entre escola e família, a fim de promover a compreensão do encaminhamento como uma prática de cuidado e não como um estigma.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada por meio do método de observação. De acordo com Minayo (2010), a pesquisa qualitativa concentra-se na análise e compreensão dos aspectos sociais, enfocando a interpretação das interações que ocorrem na sociedade. Essa abordagem permite explorar o universo subjetivo, incluindo significados, práticas, valores e relações sociais, possibilitando compreender fenômenos que não podem ser reduzidos apenas a medições quantitativas.

O método de observação consiste na análise direta das ações e práticas desenvolvidas pelos profissionais e usuários no contexto, considerando as interações

sociais e as estratégias de trabalho. A observação possibilita registrar dados sobre o funcionamento da instituição, o público atendido e as atividades ofertadas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada (Gil, 2008).

Este estudo foi desenvolvido como parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix. A observação foi realizada na Secretaria municipal de educação, totalizando 40 horas durante os meses de abril e maio de 2026. Durante esse período, foi possível acompanhar a realização de encaminhamentos para acompanhamento em saúde mental no contexto escolar, bem como as interações estabelecidas entre a psicóloga escolar, a equipe pedagógica e as famílias dos alunos. Observou-se as estratégias utilizadas pelos profissionais para comunicar a necessidade do encaminhamento, promover o diálogo com os responsáveis e favorecer a compreensão acerca do cuidado em saúde mental, além das reações apresentadas pelas famílias, evidenciando tanto adesões quanto resistências frente às orientações propostas.

A análise enfatizou a compreensão das práticas observadas, sem interferência direta ou participação ativa do pesquisador, respeitando os princípios éticos e a confidencialidade dos usuários atendidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades observadas entre os meses de março e maio abrangeram reuniões com a equipe escolar, visitas às escolas, reuniões com pais, atendimentos individuais e momentos de diálogo com a psicóloga escolar, permitindo uma compreensão mais aprofundada acerca dos encaminhamentos para saúde mental realizados no contexto educacional.

Durante as observações, percebeu-se que fatores sociais, culturais e os estigmas ainda relacionados à saúde mental influenciam diretamente a maneira como muitas famílias da Zona da Mata Mineira compreendem os encaminhamentos feitos pela escola, em algumas situações, os responsáveis demonstravam insegurança diante da possibilidade de os filhos necessitarem de acompanhamento psicológico, dificultando a aceitação das orientações propostas.

Em um dos casos acompanhados, os responsáveis procuraram a psicóloga escolar para contestar um encaminhamento realizado em conjunto com a escola para atendimento psicológico e avaliação psiquiátrica. Durante a conversa, manifestaram indignação diante da situação, afirmando que o filho “não era doido”, “não era anormal” e que não havia motivos para ser encaminhado a um psiquiatra. A resistência foi tão intensa que os familiares chegaram a cogitar a retirada do estudante da instituição de ensino. Tal situação evidencia a presença de concepções estigmatizadas acerca da saúde mental, nas quais o acompanhamento psicológico e psiquiátrico ainda é frequentemente associado à loucura, à doença grave ou à rotulação social. Nesse sentido, Lopes *et al.*, (2022) destacam que a forma como as famílias compreendem as questões relacionadas à saúde mental influencia diretamente a aceitação dos encaminhamentos e a adesão ao acompanhamento especializado, sendo o estigma e a desinformação importantes obstáculos nesse processo.

Os diálogos realizados com os pais mostraram-se fundamentais para a desconstrução dessas percepções, observou-se que, à medida que a psicóloga escolar esclarecia os objetivos do encaminhamento e enfatizava seu caráter preventivo e de cuidado, muitos responsáveis demonstravam maior compreensão e receptividade. No caso anteriormente mencionado, embora os familiares inicialmente tenham reagido com indignação ao encaminhamento, os momentos de escuta e orientação possibilitaram uma reflexão mais ampla sobre as necessidades do estudante. Gradualmente, a família passou a compreender o acompanhamento psicológico como um recurso de apoio ao desenvolvimento emocional e educacional da criança, e não como uma confirmação de doença, incapacidade ou anormalidade. Tal experiência evidencia a importância do diálogo entre escola, família e profissionais da psicologia para favorecer a adesão aos encaminhamentos e fortalecer as estratégias de cuidado voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes (Oliveira; Gastaud; Ramires, 2018).

Os atendimentos individuais acompanhados evidenciaram que a psicóloga atua como mediadora entre as demandas emocionais apresentadas pelos estudantes, as dificuldades familiares e o contexto educacional no qual estão inseridos. Além dos atendimentos, observou-se a realização de reuniões com familiares, orientações à

equipe escolar, visitas às instituições de ensino e articulações com a rede de apoio, evidenciando uma atuação voltada para diferentes demandas presentes no contexto educacional.

Durante os momentos de diálogo, a profissional relatou que parte significativa de sua rotina é destinada aos atendimentos individuais dos estudantes, embora reconheça que essa não constitui a principal função da psicologia escolar. Segundo seu relato, a limitada disponibilidade de profissionais especializados na rede faz com que demandas que poderiam ser acompanhadas por psicólogos clínicos ou outros profissionais da saúde acabem sendo absorvidas pelo serviço de psicologia escolar. Dessa forma, a profissional busca conciliar as necessidades apresentadas pela comunidade escolar com as atribuições previstas para sua atuação, procurando desenvolver ações de mediação, orientação e articulação institucional sempre que possível. Observou-se ainda que essa realidade pode representar um desafio para a efetivação de práticas preventivas e coletivas, uma vez que a elevada demanda por atendimentos individuais reduz o tempo disponível para intervenções institucionais mais amplas, tal situação evidencia a distância que, por vezes, existe entre as atribuições preconizadas pela literatura e as condições concretas encontradas pelos profissionais no cotidiano escolar.

As Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica destacam que o trabalho da psicologia escolar deve priorizar ações institucionais, preventivas e coletivas, promovendo reflexões sobre os fatores sociais, familiares e educacionais que atravessam o processo de desenvolvimento dos estudantes (CFP, 2019).

A partir das observações realizadas, foi possível perceber que a centralização das demandas nos atendimentos individuais pode contribuir para que as dificuldades apresentadas pelos estudantes sejam compreendidas de forma restrita, direcionando a atenção apenas para o aluno e reduzindo a percepção dos demais fatores envolvidos, conforme apontam as Referências Técnicas, as demandas presentes no contexto escolar devem ser compreendidas a partir de uma perspectiva ampla, considerando os diferentes fatores que influenciam o desenvolvimento dos estudantes (CFP, 2019). Em situações como a descrita anteriormente, essa compreensão

mostrou-se evidente quando os familiares associaram o encaminhamento psicológico e psiquiátrico à existência de um problema individual, desconsiderando os aspectos familiares, sociais e educacionais que também influenciavam a situação vivenciada pelo estudante, tal interpretação aproxima-se do processo de patologização das dificuldades escolares discutido por Souza (2009), no qual questões complexas passam a ser explicadas predominantemente por características individuais do aluno.

De modo geral, as observações realizadas evidenciaram a importância da psicologia escolar na construção de uma rede de apoio entre escola, família e serviços de saúde, promovendo acolhimento, escuta e orientação diante das demandas emocionais apresentadas pelos estudantes. Além disso, foi possível compreender que o fortalecimento do diálogo com as famílias constitui um elemento fundamental para reduzir estigmas relacionados à saúde mental e favorecer a aceitação dos encaminhamentos realizados no contexto escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou compreender a importância da psicologia escolar diante aos encaminhamentos de saúde mental realizados no contexto educacional, especialmente na realidade do interior da Zona da Mata Mineira. As experiências acompanhadas evidenciaram que fatores sociais, culturais e os estigmas ainda relacionados à saúde mental influenciam diretamente a forma como os responsáveis compreendem e aceitam os encaminhamentos realizados pela escola.

Durante os momentos acompanhados, foi possível notar que a atuação da psicologia escolar vai além de práticas individualizadas, envolvendo ações de mediação, fortalecimento de vínculos e articulação entre escola, família e rede de apoio. Em alguns momentos, a psicóloga realizou atendimentos individuais, que apesar de contribuírem significativamente para o suporte emocional dos alunos, não correspondem à sua função no contexto escolar, sua prática não deve permanecer centrada em práticas clínicas individualizadas.

O diálogo com as famílias mostrou-se uma prática de grande relevância, favorecendo a compreensão acerca da importância do cuidado em saúde mental e contribuindo para o desenvolvimento emocional e educacional dos estudantes.

Conclui-se que a aceitação dos encaminhamentos para saúde mental é um processo sensível, que exige acolhimento e construção de vínculos de confiança entre escola e família. Nesse contexto, a psicologia escolar exerce papel essencial na promoção da saúde mental e no fortalecimento das relações no ambiente educacional, contribuindo para um cuidado mais humanizado e para a construção de práticas escolares mais inclusivas e acolhedoras.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Nathan W. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

AUTUORI, Marina; GRANATO, Tania Mara Marques. Encaminhamento de crianças para atendimento psicológico: uma revisão integrativa de literatura. **Psicol. clín.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p.449-467, 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652017000300006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 jun. 2026.

BERENSTEIN, Isidoro. **Psicanálise da estrutura familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1976.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R.. Práticas educativas parentais e repertório comportamental infantil: comparando crianças diferenciadas pelo comportamento. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 21, n. 48, p. 61–71, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/hxhFWrgQJzNtbLgNhf4Hh4r/?lang=pt>. Acesso em: 03 de abr. 2026.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 08 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 08 de abr. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-na-educacao-basica/>. Acesso em: 09 de mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 27 de mai. 2026.

DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. esp., p. 232-245, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/hn8vJgNwvG7dLQG3433WTqd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de abr. 2026.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/CnSXwhwTkSGmnsLsTp4v6zC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2026.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo**. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1914-1916.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUZZO, Raquel Souza Lobo *et al.* **Psicologia escolar e educacional: práticas e desafios**. Campinas: Alínea, 2018.

LOPES, Ana Carolina de Souza *et al.* Adolescência e saúde mental: a compreensão da família sobre o transtorno mental e sua influência na adesão ao tratamento. **HU Revista**, Juiz de Fora, v. 48, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/37239>. Acesso em: 01 jun. 2026.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. **Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional**. Campinas: Alínea, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NOAL, Letícia. **Com a palavra os pais: uma análise sobre o encaminhamento psicológico do filho**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_fc6183192bc1452224f0b15cb1823917.
Acesso em: 26 de mar. 2026.

OLIVEIRA, L. R. F. DE .; GASTAUD, M. B.; RAMIRES, V. R. R.. Participação dos Pais na Psicoterapia da Criança: Práticas dos Psicoterapeutas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 1, p. 36–49, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/777TQKVnB5rMgdF7DwTc6xN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2026.

PAULO, Lucas Regeta de; SCADUTO, Alessandro Antonio; BAPTISTA, Makilim Nunes. Características escolares, estresse escolar e saúde mental em adolescentes. **Psico**, Porto Alegre, v. 56, n. 1, 2025. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/41719>. Acesso em: 06 de abr. 2026.

SALVO, Caroline Guisantes De; SILVARES, Edwiges Ferreira de Matos; TONI, Plinio Marco de. Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. **Estudos de Psicologia (campinas)**, v. 22, p. 187-195, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/9vBZLGndVv54p8MmXPhBsk/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 01 de jun. 2026.

SOUZA, M. P. R. DE .. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 1, p. 179–182, jan. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/wXnm95Rk4KtH9zKwkVDdtfC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 09 de mai. 2026.